

## PROCESSO DE COLONIZAÇÃO, POVOAMENTO E INCORPORAÇÃO INDÍGENA NA RIBEIRA DO ACARACÚ\*

Lívio de Sousa Ponte<sup>1</sup>

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo discorre sobre o processo de incursão dos primeiros colonizadores e catequizadores portugueses no sertão da Capitania do Siará Grande e de sua chegada à ribeira do Acaracú, hoje rio Acaraú. Através de seus primeiros contatos com os povos nativos da região, como também, as relações amistosas e conflituosas entre ambos, na formação de fazendas e núcleos urbanos. Discussão feita, através de bibliografia local e relatos oficiais e extra-oficiais deste tenso povoamento do sertão siarense.

**Palavras-chave:** Povoamento; Colonização Branca; Resistência indígena.

### Abstract

The article discourses on the process of incursion of the first colonizadores and Portuguese catequizadores in the hinterland of the Captainship of the Siará Grande and of its arrival to the ribeira of the Acaracú, today river Acaraú. Through its first contacts with the native peoples of the region, as well as, the friendly and conflituosas relations between both, in the formation of farms and urban nuclei. Made quarrel, through local bibliography and official stories and extra-officers of this tense povoamento of the siarense hinterland.

**Word-key:** Population; White settling; Aboriginal resistance.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

---

<sup>1\*</sup> Artigo inseri-se na Monografia de Graduação, sob o título “Processo de Aculturação dos Índios da Ribeira do Acaracú (1725-1750), produzida sob orientação do Prof. Ms. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza.

Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – Ce, 2007, na modalidade Licenciatura Plena. E-mail: liviosousa@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor orientador. Mestre em História Social pela UFC/UFRJ. Professor Assistente do Curso de

História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: raimundononato.sousa@bol.com.br

No período que compreende o século XVIII, a Capitania do Siará Grande estava subdividida administrativa e territorialmente em quatro Freguesias e/ou Ribeiras, da seguinte forma: Ribeira do Siará, esta ficava situada na porção central da Costa litorânea da Capitania e, por se tratar da Capital da província, dava-se-lhe assim o nome, tendo como principais vilas a de Aquiraz, capital da capitania, e a de Fortaleza.

A Ribeira do Acaracú, ficando ao Norte, extremando com a Província do Piauí a oeste e possuindo como principal reduto populacional a povoação da Caiçara. A do Jaguaribe a leste, por último, a Freguesia do Icó, no sertão.

Esta era a formação da Capitania do Siará Grande em meados do século XVIII e metade do século XIX.

De todas estas freguesias que compunham a Província do Siará Grande, a Ribeira do Acaracú será nosso propósito principal de estudo, podendo ser denominada no decorrer da pesquisa como Curato do Acaracú, – em referência à forma adotada pela Igreja Católica para definir as regiões limites de cada cura ou pároco; a sede deste Curato estava na povoação da Caiçara, esta tornando-se Vila Distinta e Real de Sobral, em 5 de julho de 1773<sup>3</sup>, fixando-se como principal reduto habitacional desta Ribeira e/ou Freguesia do Acaracú. As pesquisas serão desenvolvidas com base nos livros de casamento da Cúria Diocesana de Sobral, antiga sede do Curato do Acaracú.

A Ribeira do Acaracú possuía grandes proporções, tendo como base à Vila Distinta e Real de Sobral, exceto a Serra da Tabainha, ou Ibiapaba, cujo principal povoamento era a Vila Viçosa Real. Tida como a mais densa povoação indígena de toda a Capitania, esta surgiu no século XVII como um aldeamento missionário jesuítico e posteriormente foi elevada à categoria de Vila e freguesia<sup>4</sup>.

No entanto, a Freguesia do Acaracú possuía setenta e cinco léguas de costa, iniciando na parte norte dos Matões da Parnaíba, e extremando pelo sul, no Rio Mundaú, com a Ribeira do Siará, como acima citado, e mais de sessenta léguas do litoral, rumo ao sertão,

---

<sup>3</sup> ARAÚJO. Op. Cit. p. 259.

<sup>4</sup> MENESES, José Cezar de. **Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, Augmento que estes tem tidos &ª. &ª. desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias.** Rio de Janeiro. Officinas Gráficas da Bibliotheca Nacional, 1923. p. 1-9.

até confinar com a Serra do Quixeramobim, que pertencia à Ribeira do Jaguaribe, ficando-lhe de um lado a Serra da Tabainha, ou Ibiapaba, e a Serra dos Cocos, fazendo limite com a Capitania do Piauí.

Esta Ribeira possuía quatro freguesias de Portugueses, uma Vila e uma povoação com suas respectivas Parochas de Índios; eram as seguintes: Freguesia de São José da Macaboqueira, Vila e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila Distinta e Real de Sobral, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Amontada e Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos e da Ibiapaba, tendo como principal povoação a Vila Viçosa Real<sup>5</sup>.

Percebemos que, mesmo após um forte processo de ocupação e colonização dos nativos da região por parte dos portugueses, ainda existem redutos indígenas de relevante expressão, vindo a ser mencionados em livros oficiais da época.

Com isso, após intensificação dos contatos entre brancos e índios na Ribeira do Acaracú, a partir de 1693, com o Padre Ascenso Gago, fazendo uma viagem à Serra da Ibiapaba, onde ficava a Missão Jesuítica de Vila Viçosa, em direção ao litoral, acompanhado de índios da nação Tabajara, seguindo a margem esquerda do Rio Acaracú, com isso, tendo feito na ocasião o primeiro contato “amistoso” com os índios da nação Tapuia reriú. Destes havia notícias de que eles habitavam a Serra da Beruoca e que somente desciam para o sertão para casar.

Após o encontro, o Pe. Ascenso Gago relatou aos seus superiores da Companhia de Jesus a agregação à Missão da Ibiapaba, da Missão Tapuia reriú, como ele mesmo descreve em Carta Ânua de 1695:

Já fiz aviso a Vossa Reverência como tínhamos agregado também à Missão a nação tapuia reriú. Habita esta nação outra serra de penedia alta e fragosa, que dista da Serra da Ibiapaba oito léguas, porém pequena em comparação dela, porque terá de comprimento seis léguas somente. É esta nação gente de curso. (...). Descem a fazer suas correrias pelo campo à caça e ao mel, e se tornam a recolher a sua serra. Não comem carne humana, bebem pouco, casam as filhas depois de quinze anos de idade, costume geral do tapuia desta costa, não tem mais que uma mulher, a qual costumam também repudiar

---

<sup>5</sup> FROTA, Dom José Tupinambá da. **História de Sobral**. Fortaleza. 3ª ed. Imprensa Oficial do Ceará, 1995. p. 117. Esta subdivisão só entraria em vigor a partir de 50 de agosto de 1757, por provisão do Bispo de Pernambuco Dom Francisco Xavier Aranha, ao visitador José Pereira de Sá, onde o autor faz referência e/ou alusão aos limites e povoações do Curato do Acaracú, p. 117.

alguma vez, principalmente se é preguiçosa. È nação belicosa e muito valente. Tem por timbre morrer antes que perder a batalha ou das as costas ao inimigo.<sup>6</sup>

A nação do sertão, resistiu mais à dominação branca. Primeiro fugiu do litoral cearense, na chegada dos colonizadores portugueses, depois embrenhou-se nos sertões e nas serras – de maior dificuldade e acesso para o homem branco -, evitando entrar em conflito com os invasores da região, enquanto não fosse realmente necessário.

Neste contexto, muitos percebem a atuação da Igreja no projeto colonial português, sem muitos “pontos” fixos principalmente no que diz respeito aos índios do sertão brasileiro. Um motivo de estas expedições serem tão freqüentes por parte da Companhia de Jesus, administrada por padres jesuítas, sendo por motivo de uma tensão existente na cultura dos frades.

Preferiam-se as missões intermitentes, a partir do lugar conventual, às de convivência com os indígenas e gente do interior, observando-se também que os missionários faziam da “catequese entre os nativos” uma etapa de sua carreira de frade, não um compromisso fundamental. Os regulamentos desta ordem restringiam mesmo a permanência deles entre indígenas por três anos no máximo, no caso de missionários residentes.<sup>7</sup>

As incursões ao sertão brasileiro foram motivadas, a partir de 1617, pelas atenções voltadas para o Maranhão, fenômeno que observamos em todos os movimentos missionários da época.

Surgiu um novo impulso em 1657, quando a custódia de Olinda é elevada a província, recebendo da coroa portuguesa novas missões entre Bahia e Paraíba, que conservaria até meados do século XIX (1863).

---

<sup>6</sup> LEITE, Serafim, SJ. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro. Vol. III. Imprensa Nacional, 1943. In: ARAÚJO, Pe. Sadoc de. *História Religiosa da Meruoca*. Sobral. Imprensa Universitária. 1979. p. 22-23.

<sup>7</sup> HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis. 4ª. Edição. Ed. Vozes, 1992. p. 55.

Neste período, as atenções eram voltadas para as missões do rio São Francisco, pois no litoral não havia mais indígenas senão, em número muito reduzido, de sorte que a pastoral se fazia em relação aos moradores e seus escravos.

A ação missionária no litoral brasileiro estava irremediavelmente ligada aos percursos coloniais e por isso, entrou em declínio com o estabelecimento da cultura baseada na cana-de-açúcar, razão pela qual foi denominado de ciclo. O mesmo destino estava reservado à ação evangelizadora no sertão do São Francisco: ela entrou em choque com os interesses dos fazendeiros de gado, cuja prosperidade dependia da eliminação dos grupos indígenas existentes; foi “tocado” pelos projetos deles e pelo aproveitamento da mão-de-obra escrava na criação de gado e outros benefícios.

Dentro deste contexto teve início por parte dos religiosos um novo ciclo que ficou conhecido como ciclo do São Francisco, este liderado pelos jesuítas, que tiveram uma verdadeira abertura ao “outro”, uma verdadeira procura do indígena e da defesa de sua “liberdade”, ao contrário de outras ordens, como os franciscanos, que entendiam a missão como dilatação do sistema católico, como expansão religiosa, em primeiro lugar.<sup>8</sup>

De qualquer maneira, “o ciclo missionário” do rio São Francisco terminou com uma derrota: os indígenas foram expulsos, morreram resistindo e/ou foram escravizados, se tornando vaqueiros, boiadeiros, “cabras do sertão”, caboclos e sertanejos.

No início do século XVIII começou o ciclo do gado sertanejo, como anteriormente citado, e os próprios religiosos foram se conformando com a situação, criando gado e também conseqüentemente possuindo escravos.<sup>9</sup>

Assim, tivemos o início do povoamento por parte dos missionários e/ou adentramento do catolicismo no sertão brasileiro, principalmente da Capitania do Siará Grande e, em especial, da Ribeira do Acaracú, transformando-se esta, em grande reduto populacional e de fortes traços religiosos e conservadores da região.

---

<sup>8</sup> Idem, 1992. p. 72 .

<sup>9</sup> Idem, 1992. p. 75 .

## 1. INÍCIO DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NA PROVÍNCIA DO SIARÁ

O modo utilizado pela Coroa portuguesa para fazer os colonos lusitanos povoarem a Capitania do Siará Grande era através das doações de terras; estas doações ficaram conhecidas como sesmarias.

Muitos destes senhores residiam “nas cidades litorâneas onde eram igualmente plantadores de cana-de-açúcar”<sup>10</sup>, ocupando terras litorâneas da capitania; sua morada no sertão era desprezada por grande parte dos colonos, principalmente pelos de grande influência social, por ser um local inóspito – especialmente o interior do Siará Grande -, pela falta da presença portuguesa, como também, pelo grande contingente de nações indígenas residentes na região.

Estas famílias, possuidoras de grande status e influência social, tornaram-se, senhores de extensas áreas de terra, dando origem aos latifúndios<sup>11</sup>, tão conhecidos hoje no território brasileiro.

Dentro deste contexto, tem início o povoamento do sertão da Capitania do Siará Grande, sendo através deste processo de ocupação das terras devolutas que se tem o primeiro contato mais “interpessoal e social” entre o homem branco colonizador, o negro africano escravo e as várias tribos nativas residentes na região.

Tendo em vista o interesse econômico que sempre figurou como motivo principal do deslocamento português do litoral – mais desenvolvido e com melhores condições para a qualidade de vida - para o sertão inóspito e sem nenhuma segurança, iniciou-se o apossamento das terras nativas por meio das sesmarias.

No século XVII, a principal fonte econômica das capitanias do norte do País para o governo português era a agricultura latifundiária e monocultora, sendo a cana-de-açúcar o principal produto deste projeto, fixado no litoral da colônia.

Mas no fim do século XVII e início do século XVIII, a cana-de-açúcar deixa de ter exclusividade econômica, principalmente para o interior das capitanias do norte, e passa a

<sup>10</sup> KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. 2ª ed. Recife: CEPE, 1978. In: SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza. Fundação Demócrito Rochas, 1994. p. 17.

<sup>11</sup> Propriedade rural, caracterizada pela monocultura e com terras incultas, explorada por um só proprietário e/ou um consórcio de vários empresários, que utiliza mão-de-obra não especializada e/ou escrava, mediante salário muito baixo. Introduzido no início da colonização brasileira pelos portugueses.

dividir espaço com a pecuária, fator primordial da ocupação do sertão, tendo assim, início uma avalanche de pedidos de sesmarias por parte dos colonos à coroa portuguesa.

Os colonos desejavam ocupar o sertão, em especial às áreas que propiciavam um melhor desenvolvimento para a pecuária, sendo estas as terras mais próximas de rios, riachos ou serras, pois, *“Apesar de representar, no quadro econômico colonial, uma função complementar, destinada a atender às necessidades da área litorânea, a pecuária significou um passo decisivo no processo de ocupação do espaço nordestino”*.<sup>12</sup>

Através desta citação, percebemos a grande importância da pecuária na ocupação da Capitania do Siará Grande – ela está situada totalmente no sertão brasileiro -, vindo no pastoreio e no seu difusor, o sertanista, o “desbravador bandeirante” do sertão, como o principal componente para o povoamento das regiões interioranas da província do Siará.

A pecuária interiorana atingiu o seu ápice, a partir da primeira metade do século XVIII, com a publicação da Carta Régia de 1701, proibindo a criação de gado na faixa litorânea de até dez léguas da mesma<sup>13</sup>, com isso, o único meio de conseguirem implantar a pecuária de subsistência e comercial, foi adentrando o sertão, expulsando o nativo e ocupando suas terras.

## 2. PRIMEIRO CONTATO ENTRE ÍNDIOS E BRANCOS

A prática da criação de gado fez o colonizador entrar em contato diretamente com os diversos grupos nativos da região sertanista do interior da Capitania do Siará. Em especial, com os grupos das nações Tapuias reriús e/ou areriús - principais moradores do sertão noroeste da capitania -, Tabajaras - viviam exclusivamente em serras e na faixa litorânea - e os Tremembés – estes residiam no litoral da capitania, dividindo espaço com os Tabajaras; todas estas nações, dividiam-se em áreas territoriais delimitadas pelas tribos.

---

<sup>12</sup>JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **À Guisa de Introdução** – O Espaço Nordestino o papel da pecuária e do algodão. In: SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 17.

<sup>13</sup> JUCÁ, Op. Cit. p. 17.

Ocupando todo o território siarense, sendo principalmente moradores das Serras da Beruoca e Ibiapaba, do sertão, em especial nas Ribeiras dos rios Curuaiú, Acaracú, Canindé, Jaguaribe e do litoral.

É nesse contexto, que irão se dar as relações socioculturais entre índios (nativos da região), brancos (missionários e colonos europeus) e os negros (escravos africanos). Já que, a pecuária necessitava de grandes áreas de terras, e em vista dos índios não entregariam sua morada assim tão facilmente, a escravatura negra tornava-se uma grande necessidade.

As primeiras investidas lusitanas, desde os residentes no litoral, como dos moradores de outras Capitânicas que se deslocavam para o Siará, tentando melhorar sua condição social em terras desconhecidas, ocorreram no início do século XVII. Antes, a região do Siará era freqüentada por indivíduos que buscavam aproveitamento em negociação com os índios e de seus produtos nativos.

Diante de tal fato e da necessidade de conquistar e ocupar o Maranhão – para não o perder para piratas holandeses e franceses, já que este era ponto fundamental para a ocupação do Pará pelos projetos coloniais portugueses e para a ocupação desta região pouco habitada, como também, expulsar os franceses que haviam se estabelecido na Serra da Ibiapaba e na Capitania do Maranhão por volta de 1590 a 1594 -, os portugueses organizaram expedições no início do século XVII, objetivando o conhecimento da região e expulsão dos invasores, porém sem muito sucesso.

A primeira tentativa, em 1604, deu início ao ciclo de investidas da Coroa Portuguesa para a ocupação do Maranhão e Siará. A expedição foi chefiada por Pero Coelho, que conseguiu expulsar os franceses da Serra da Ibiapaba e dominar os índios da serra pela brutalidade e violência.

Vale destacar, que os franceses contavam com o apoio dos índios daquela localidade, como os chefes da aldeia da Bayapina, liderados por Juripariguassu (Diabo Grande) e seu irmão, Irapuam (Meu Redondo), além de contar com o auxílio de vários crioulos e mulatos oriundos da Bahia<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> STUDART, Barão de. **Francisco Pinto e Luiz Figueiras**: o mais antigo documento existente da história do Ceará. Fortaleza. Revista do Instituto do Ceará. 1903. p. 56.



As atrocidades praticadas por Pero Coelhos contra os índios, deixaram-nos desconfiados e temerosos com os portugueses, fazendo com que outros “desbravadores” fossem penalizados, pagando com suas vidas pelos acontecimentos anteriores e complicando as futuras relações entre bancos e índios, já tão cheias de conflitos neste período.

Uma destas foi em 1607, com a caravana organizada por padres, visando à catequização dos nativos, tendo à sua frente dois missionários da Companhia de Jesus, os jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueiras, acompanhados por 60 índios flecheiros e pelo Capitão dos mesmos, Belchior da Rosa, com destino à Serra da Ibiapaba.

A expedição seguiu pelo leito seco do Rio Acaracú, sendo esta a primeira vez que um branco cruzava o sertão pelo rio<sup>15</sup>, pois a rota utilizada pelos expedicionários em direção ao Maranhão e a serra era feita pelo litoral<sup>16</sup>.

Os missionários, no intuito de uma “boa relação” com os indígenas, ao invés de armas, usaram palavras de paz – munidos de indígenas armados, no intuito de conquistar a amizade e a confiança dos nativos, bem como para poderem “amansá-los”, para posteriormente dar início à catequização e assim surgir um melhor desenvolvimento das relações entre índios e missionários.

Mas esta expedição teve resultados ínfimos, devido à tragédia ocorrida com o padre Francisco Pinto, morto pelos índios Tocarijus, nação residente na Ibiapaba. Essa morte foi tida como uma forma ritualística destes nativos contra aqueles que julgavam ser mais alguns invasores de suas moradas.

Utilizando a religião dos missionários e a forma de fazer reverência aos seus santos, fizeram um ato de punição para os homens brancos, o que ocasionou a fuga de seu companheiro de viagem, o padre Luiz Figueiras, revelando-nos a catástrofe da primeira incursão missionária da região.

---

<sup>15</sup> O Rio Acaraú, não era um rio perene, isso só veio a acontecer, após a construção dos açudes Ayres de Sousa, conhecido como Jaibaras, como o açude Paulo Sarazate, mais conhecido como Araras, no final da década de 1950, no Governo de Juscelino Kubitcheque.

<sup>16</sup> ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense**. Fortaleza. Gráfica Editorial Cearense Ltda. 1974. v. 12. p. 19.

A expedição de Martins Soares Moreno é tida como a de melhor êxito na ocupação do território siarense. Soares Moreno acompanhou Pero Coelho em sua viagem ao Siará em 1604, e retornou em 1611, fazendo amizade com algumas nações indígenas.

Utilizando-se da boa acolhida e do bom relacionamento com os índios, construiu o forte de São Sebastião, tendo a ajuda de Jacaúna, que o ajudou a fazer contato com várias tribos indígenas, utilizando-se dessas novas “amizades”, como caminhos para suas ações e relações na Capitania.

Entretanto, sua permanência no Siará Grande foi curta, seus serviços foram requisitados no Maranhão para combater os franceses. Em 1621 retornou ao Siará, recebendo o título de Capitão-mor.

Com o descaso da Metrópole e a retirada de Soares Moreno, em 1631, para combater os holandeses em Pernambuco, concretiza-se o abandono da capitania por parte do governo português, fato este justificado pelo governo, de não se ver vantagem econômica para uma incursão adentrando o sertão siarense, sendo todo o espaço conhecido por seus perigos e seus índios bravios, que se utilizavam da prática de rituais antropofágicos.

Assim, as primeiras expedições colonizadoras marcaram o início do povoamento da Capitania do Siará Grande e os primeiros contatos entre portugueses colonizadores, exploradores e nativos colonizados. Mostram também o ínfimo interesse, por parte do governo e mesmo do povo português, de povoar e se relacionar com os nativos numa relação amigável.

Entre 1603 a 1654, a Capitania do Siará foi palco de disputas entre portugueses e holandeses pelo domínio do território e seus produtos nativos. Os holandeses pouco se interessavam pelos índios; estes eram apenas utilizados como instrumentos para uma melhor adaptação com o habitate. Logo, percebendo tal atitude, os indígenas tentaram se proteger, aliando-se àqueles que menos lhes trouxessem “problemas”.

Assim, ora estavam ao lado dos batavos, ora davam preferência aos lusitanos. Variações como estas ocorreram de acordo com as circunstâncias mais convenientes para os índios, para poder manter o que possuíam de mais importante, a sua sobrevivência.

Os “homens vindos do mar” como eram chamados os brancos colonizadores pelos índios. Quanto mais dispunham de artifícios bélicos ou estratégicos, mais alianças com tribos e/ou grupos e nações diferentes, eram feitas até mesmo com mercenários contratados para coagir os indígenas a se submeterem aos seus interesses, explorando-os principalmente como mão-de-obra escrava. Essa era a sensação dos nativos da região, no tocante aos fatores da aproximação e ocupação dos brancos.

Vale ressaltar a conhecida fórmula utilizada pelos portugueses contra as diversas nações indígenas, “dividir para conquistar”, empregada por eles para poder explorar os nativos como mão-de-obra escrava.

Todas estas setenta e seis nações tapuyas que têm as mais dellas diferentes línguas, são gente brava, silvestre e indômita, são contrarias quase todas do gentio que vive na costa do mar, vizinho dos Portuguezes<sup>17</sup>.

Padre Fernão Cardim, ao relatar a grande rivalidade que existia entre as diversas nações do Brasil colônia, diz que essa rivalidade foi muito utilizada pelos colonos europeus, em especial os portugueses, para captura de nativos como mão-de-obra escrava, como também para fazer guerra, utilizando o fator de colonização; quanto mais desunidas estivessem as tribos nativas, mais complicado lhes seria poderem se unir e se rebelarem contra a colonização.

Todavia, o tratamento holandês não diferiu dos portugueses, - já que estes não se interessavam pelos nativos, mas apenas como mão-de-obra escrava. Tendo como principal fator do conflito entre índios e holandeses a forte opressão e o não recebimento dos pagamentos por seus trabalhos, eles se rebelaram e atacaram o forte de São Sebastião, construído em 1644 por Martins Soares Moreno, antes de partir para Pernambuco<sup>18</sup>.

O século XVII foi marcado pela presença de portugueses, holandeses e franceses, ocasionando uma grande desconcentração política e pouco investimento econômico por parte destes três povos, fazendo a Capitania Siarense, ficar abandonada, ainda mais por seus

---

<sup>17</sup> CARDIM, Pe. Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. In: POMPA, Cristina, Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 222.

<sup>18</sup> STUDART, Barão de. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, Edição fac-simile, 2001. p. 55-60.

governantes, retomando o processo de povoação apenas no final do século XVII e início do século XVIII.

Talvez um dos fatores da não aceitação dos nativos por nenhum povo europeu, fosse o “interesse” dos indígenas na escolha e na sua estratégia de instrumentalizar os conflitos internos destes povos, que “*estimulava a esperança de recobrem a primitiva liberdade, e a muitos o ódio aos portugueses, cuja dominação não desesperavam de ser possível subverter-se por meio de outros povos europeus*”<sup>19</sup>.

Este pode ter sido o principal motivo para a indecisão indígena de não aceitar nenhum povo para apoiarem e/ou seguirem, achando que o conflito entre eles poderia trazer sua liberdade como de outrora.

Após a retirada dos holandeses em 1654, o desenvolvimento da capitania dava-se ainda timidamente próximo ao forte de Nossa Senhora da Assunção, no litoral. O conhecimento do território era realizado esporadicamente através das investidas de tropas armadas, dando combate às incursões dos nativos e na tentativa de expulsão ou extermínio dos mesmos.

Nesse período, apenas o litoral estava povoado, em especial as regiões próximas às fortificações militares portuguesas, que garantiam a segurança dos colonos contra os vários ataques indígenas.

A presença dos índios no sertão dificultava a colonização do interior pelos colonos e o seu deslocamento em incursões pela capitania. Assim, os ataques indígenas, pelas fazendas dos poucos proprietários que tentavam povoar o sertão e pela falta de incentivo econômico por parte do governo português, favoreciam os nativos no retardo do povoamento da Capitania do Siará Grande.

As desculpas do governo luso eram de não haver nada proveitoso na Capitania para o povo português; este era o fator primordial para o atraso da integração do Siará no projeto colonial<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil**. In: POMPA, Cristina, Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 200.

<sup>20</sup> GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza. Imprensa Universitária, 1971. p 58.

Outro ponto retardava o processo de desenvolvimento da Capitania, além dos fatores já mencionados, como: o sertão dominado por silvícolas agressivos e indomáveis, sempre prontos a repelir o invasor a flecha e tacape, em defesa de sua gleba; o desconhecimento da vegetação inóspita ao aventureiro europeu aterrorizava o “homem branco”, prendendo-o cada vez mais na orla marítima.

Outro fator deve-se às condições de ordem política e burocrática; a que estava sujeito-a Pernambuco, pois dele dependia economicamente a Capitania do Siará, de 1656 a 1799<sup>21</sup>.

A implantação da pecuária no território da Capitania do Siará Grande tornava a região atrativa aos investimentos dos exploradores portugueses. Entretanto, essa ocupação gerou ainda mais conflitos entre os colonizadores e os índios descontentes com a tomada de seu território, em especial, quando estes colonos passaram a adentrar os sertões contra as vontades dos nativos:

Os primitivos criadores rejeitavam as caatingas como área de criação. Insistiam em que a paisagem era precária, dificultando o crescimento e a engorda dos rebanhos. Com o passar do tempo, os criadores familiarizaram-se com a região, pois nas proximidades dos terrenos secos sempre podiam encontrar zonas mais propícias, inclusive como refugio as temíveis secas<sup>22</sup>.

O intuito do português era expulsar os nativos, “limpando a terra”, para que o gado pudesse se desenvolver, expulsando os índios de suas moradas e, se estes resistissem, provocando o genocídio. Não importava, pois, para o desenvolvimento econômico podia-se tudo, principalmente tratando-se de uma cultura inferior, de um ser abominável aos olhos do povo europeu, como eram os índios, servindo apenas como escravos; se nem para isso serviam, seriam dizimados.

As lutas foram inevitáveis, os nativos como donos e moradores da terra respeitavam-na e utilizavam-na para sua subsistência sem explorá-la, ao contrário do português, que a tratava como um objeto de alavanca econômica.

---

<sup>21</sup> GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Da Conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande**. In, SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 29.

<sup>22</sup> JUCÁ. Op. Cit. p. 17.

Pois, os fatores simbólicos da terra, como moradia para os nativos, eram bem mais fortes e consolidados em sua cultura e nos seus costumes, do que os motivos para a ocupação estrangeira.

Assim os índios, principalmente os das nações Tapuias, principais moradores no sertão cearense, levantaram forte oposição à invasão de seu território, procurando defender seu espaço o máximo possível. Entretanto, o poder das armas de fogo luso contra suas flechas e os seus tacapes tinham bem mais eficácia e relevância, especialmente no sertão, onde a pólvora não umedecia facilmente, em compensação perdendo-se muito tempo em recarregar, pois necessitava-se colocar bucha, pólvora e o projétil, além do número menor em relação aos nativos.

Assim, tiveram início os massacres cometidos pelos portugueses para o extermínio indígena, fazendo com que os nativos, usassem de outros artifícios para não serem completamente “extintos”.

### **3. EXTERMÍNIO DO SELVAGEM**

A resistência indígena à pecuária era considerada um obstáculo à sua implantação e ao seu desenvolvimento pelo colonizador na ocupação do sertão siarense. Era difícil a ocupação do território e as relações com os índios, pois, para povoar a região, estes teriam de ser expulsos, exterminados e/ou subjugados à economia e ao modo de vida adotada pelo colonizador.

Então teriam de ser conquistados ou “dominados”, já que eram considerados animais por grande parte da população branca que fixava moradia na capitania, ajustados ao projeto colonial, para se manter uma “boa” relação com o colonizador branco. O principal meio para isso, era através de sua utilização como mão-de-obra escrava para a ajuda na lida com o gado, para não serem uma ameaça às fazendas, aos colonos e à ocupação do espaço, causando transtornos por meio de invasões e/ou destruição de propriedades dos colonos, seguida de rituais indígenas.

A entrada de colonos e missionários no sertão era de grande importância para a coroa portuguesa, a fim de se promover um contato “pacífico” com os nativos, fator essencial para o avanço da colonização, já que o único meio que os proprietários teriam para povoarem

a terra, eram certificados da passividade dos silvícolas locais e de sua não agressão às fazendas de criar e as moradas destes.

Todavia, esse avanço tornava-se nocivo tanto para os colonizadores como para os índios, pois estes não tinham outra forma de reagir à ocupação de seu território se não invadindo e destruindo as fazendas instaladas em seu reduto, sem grande resistência por parte de seus moradores<sup>23</sup>.

Os indígenas atuaram no espaço do sertão cearense da forma que lhes era mais conveniente, para não perderem seu território e nem sua liberdade, sendo assim, destrutiva e violenta contra os colonizadores, da mesma forma como tinha ocorrido contra eles numa penetração do sertão marcada por perseguições, aprisionamentos, desrespeito e apropriação de produtos nativos.

Uma estratégia muito utilizada pelos nativos que não pretendiam perder suas terras e nem serem escravizados era formar alianças entre várias tribos, vindo com isso a surgirem grandes revoltas e conflitos de projeções jamais imaginadas por ambas as partes.

A principal delas, fora a Confederação do Equador, ou Guerra dos Bárbaros, como ficou conhecido o maior levante indígena contra a colonização nas Capitanias do Siará Grande, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Esses levantes indígenas foram utilizados como pretextos por colonos e governantes para mover guerra “justa”, causando extermínios de nativos por todo sertão brasileiro e conduzindo os sobreviventes às missões jesuíticas e à escravidão nas fazendas de criar da região.

Como contra-ataque era mantido uma forte repressão armada contra os índios, aos quais ficavam em desvantagem, forçados a pedir o fim dos conflitos, uma “paz”, assegurada por meio de “guerra justa”.

Para vencer os índios, o colonizador encontrava nos próprios índios, sua melhor chance de vencer, aliando-se as tribos rivais. Desta forma, as disputas intertribais eram vistas como oportunidades para fazer alianças.

---

<sup>23</sup> ARAÇÃO, Raimundo Batista. **Índios do Ceará & Topônimos Indígenas**. Fortaleza: Barraca do escritor cearense. 2ª ed. 1994. p. 28-33.

As alianças brancas com determinadas tribos indígenas favoreciam os estrangeiros – os índios aliados tinham grande conhecimento da região sendo de extrema importância para a conquista.<sup>24</sup>

Mesmo com a lei de proteção aos índios de 1611, que declarava só haver necessidade de guerra nos casos de rebeliões e hostilidade indígenas, somente nessas ocasiões os aprisionamentos seriam permitidos.

Todavia, os índios eram “roubados” dos aldeamentos missionários para servirem aos fazendeiros como cativos. Os senhores justificavam tais prisões em decorrência dos conflitos e da apropriação das tais “guerras justas”, utilizando-os assim para o serviço doméstico, pois não teriam problemas para domesticá-los, já que tal serviço já havia sido realizado pelos missionários. A Lei, outorgada em 10 de Setembro de 1611, fazia a seguinte referência aos aprisionamentos indígenas em várias partes do Brasil:

Faça saber (...), o Senhor Rey Dom Sebastião (...), informado dos modos illicitos com que nas partes do Brazil se capturam os Gentios dellas, e dos grandes inconvenientes que disto rezultavam (...). O principal caso de escravidão licita é, (...), o decorrente de Guerra justa, que se fizesse com sua licença (...)<sup>25</sup>.

Tal citação foi retirada da Lei de Proteção ao índio, que recebera o título de: “Documento sobre os nossos indígenas”, mas implicitamente reconheceu a “Lei de Guerra Justa”. Dessa forma, os conflitos foram usados por diversas vezes contra os índios aldeados nas missões ou contra índios pacificados por senhores nas fazendas para aumentar o seu contingente de escravos.

O uso de violência contra os nativos foi cada vez mais freqüente à medida que aumentava a procura por mão-de-obra escrava, no desenvolvimento da criação de gado ou da produção do algodão, produtos bastante conhecidos entre os nativos.

Contudo, a falta de escravos ou de sertanistas – mestiços adaptados ao clima e as condições de trabalho no árido sertão da capitania siarense -, para o desenvolvimento da

---

<sup>24</sup> POMPEU, Thomaz Sobrinho. **Pré-história Cearense**: primeira parte. Fortaleza. Revista do Instituto do Ceará. Tomo. XXXIX 1955. p. 55-205.

<sup>25</sup> **Lei de Proteção aos índios do Brasil**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo. 77. 1963. p. 323-328



criação e da colheita, faziam do índio o principal atrativo como mão-de-obra escrava utilizada nas fazendas da região.

A ação das tropas oficiais e dos sertanistas foi bastante prejudicial para os nativos. Esses “desbravadores” do sertão, que iam em busca de riquezas minerais e escravos, após o fracasso da procura pelas minas de ouro e prata – especialmente na serra da Ibiapaba –, sertanistas e bandeirantes, viram na captura e escravização indígena uma forma de recuperar os recursos e o tempo gasto nestas empreitadas desmedidas.

Eles entravam no interior com o objetivo e a cobiça de fazer escravos e tentar pacificar por meio da força os índios revoltosos, justificando o uso da violência contra os nativos. Empenhados na caça aos índios, eram bem recompensados por seus trabalhos. Travavam guerras contra os gentis, mostravam fidelidade à Coroa e ganhavam recompensas dos fazendeiros pelas mãos que traziam para o trabalho, e da coroa terras para desenvolverem fazendas na região.

Os padres jesuítas e/ou capuchinhos foram as mais importantes figuras para a ocupação da Capitania e a submissão dos índios. Acompanhando as incursões, fazendo contatos, desvirtuando a sua cultura, com isso acalmavam os nativos e preparavam-nos para serem inseridos no projeto mercantilista português.

As atitudes de aldear em missões os gentis e os catequizar fizeram os missionários abrirem caminho para que os colonos, soldados e sertanistas entrassem com segurança no sertão. Os padres também acompanhavam os mesmos em suas comitivas, pois sua presença era essencial para contactar os nativos em situações nas quais não era necessário o uso das armas.

Missionários e colonos possuíam um papel importante para o processo de ocupação, submetendo os indígenas aos modos europeus. Entretanto, seus interesses divergiam, pois os colonos viam o índio apenas como mão-de-obra escrava, e os missionários os viam como seres brutos que necessitavam serem ajustados e conduzidos às leis do cristianismo e da Santa Igreja Católica, sendo este o único motivo para que eles não fossem dizimados no decorrer da colonização do território.

#### 4. A CONVERSÃO INDÍGENA

Para os missionários, a religião era o único meio de pacificar e salvar o índio, sem que houvesse derramamento de sangue. Mas isso gerou um ambiente de conflitos e desavenças entre missionários e colonos com relação à função social do índio para o melhor interesse de ambas as partes envolvidas, – mas não para o índio. Os nativos seres “bárbaros” tinham uma dupla função para o europeu, podendo ser um escravo (colonos proprietários de terra) e um cristão em potencial (missionários).

Segundo o conceito de “bárbaro” criado na Idade Média, este deve viver subordinado por ser uma espécie naturalmente (em quase todos os aspectos) inferior. Sendo dotado apenas, de uma índole e de um físico forte e saudável, com isso é bem ajustado para o trabalho braçal e manual, sendo que o homem livre (culturalmente mais avançado) tornava-se o conquistador e senhor destes seres, não estando preparado fisicamente para tal esforço.

Os missionários em seus trabalhos de cristianização utilizavam os aldeamentos como instrumento de coação contra os nativos “bárbaros”; era nestes espaços onde os índios poderiam ficar e/ou estar sob controle e adequados aos termos de educação e instrução desenvolvidos pela Igreja no início do século XVII.

Isso facilitou o trabalho dos senhores, que poderiam utilizar os nativos educados nos padrões religiosos do cristianismo para recolhê-los como mão-de-obra “doméstica” dos aldeamentos.

No entanto, os padres não queriam perder a tutela dos nativos; com isso, o seu trabalho de catequização estava ficando prejudicado pela violência dos colonos. Estes desejavam o controle absoluto sobre os trabalhadores advindos do sertão, pois o interesse dos padres, tanto no julgamento dos nativos quanto na distribuição de mão-de-obra ‘forra’ das missões, tornava-se cada vez mais inconveniente.

Estes conflitos de interesses variavam conforme a região da Capitania, como também o modo de vida que levavam colonos e missionários na condução dos nativos. Havia as etnias de cada localidade, e estas variavam conforme sua história, e seu contato com o europeu, sendo conflituoso ou amistoso.

É dentro deste período que à Capitania do Siará Grande estava subordinada administrativamente à Capitania de Pernambuco, desde sua anexação no século XVII, pertencente à Capitania do Maranhão, vindo a ser dela desmembrada em 1656, e anexada à de Pernambuco, recebendo sua independência em 1799.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As várias visões ou opiniões dos historiadores sobre o relacionamento ou conflito entre índios e brancos durante a colonização e incorporação da terra nativa, nos indaga sobre as discussões sobre certo e errado, acerca da visão que cada um possuía neste processo histórico, índio e europeu, pois a época ou período passava por transformações profundas, afetando o nativo imbuído de uma simplicidade cultural, e o português emerso em um mundo de novidades intelectuais e culturais.

Mas não podemos discutir os modos e os motivos que levaram a este processo, mesmo que bastante questionado por grande parte dos historiadores, aonde querendo ou não, os colonos portugueses contribuíram para o povoamento e o surgimento de grande parte das cidades, não só do Ceará, mas de todo o Brasil.

Com os nativos e no povoamento da Ribeira, ocorreu o contato de ambas as culturas, misturando-se e transformando-se em uma nova gleba de indivíduos adaptados ao sertão, mas culturalmente diferentes daqueles que aqui chegaram anteriormente.

O questionamento principal, não é este e sim, o porquê somente é atrelado ao branco o estereótipo de desbravador? De colonizador e de indivíduo culturalmente superior? E ao índio e o negro o caráter de seres inferiores e desqualificados para poderem desenvolver uma civilização.

Mesmo nos dias de hoje, ainda se possui certa rejeição contra costumes e sobre a cultura negra e indígena, deixando-os ainda mais relegados a sua sorte perante a história.

Quando se faz alusão ao passado colonial e a relação com os colonizadores brancos da Ribeira, isto é tratado com motivo de orgulho; mas se este passado faz

referencia a descendentes negros e/ou, principalmente, índios, isso vira motivo de constrangimento ou até vergonha, deixando de ser possivelmente mencionado.

Para poderem ter uma importância no curso da história do país, fora necessário a criação de uma lei reconhecendo o caráter e a importância destes povos e de sua cultura e contribuição para a formação da sociedade brasileira<sup>26</sup>, algo que deveria ser de firmado desde o mais simples comentário ao mais elaborado sobre o formar deste povo mestiço, oriundo de uma violência física e cultural que originou esta nação.

---

<sup>26</sup> Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **À Guisa de Introdução** – O Espaço Nordeste o papel da pecuária e do algodão. In: SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense**. Fortaleza. Gráfica Editorial Cearense Ltda. 1974. v. 12.
- CARDIM, Pe. Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. In: POMPA, Cristina, Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza. Imprensa Universitária, 1971.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Da Conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande**. In, SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortalezas. Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- Lei de Proteção aos índios do Brasil**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo. 77. 1963.
- FROTA, Dom José Tupinambá da. **História de Sobral**. Fortaleza. 3ª ed. Imprensa Oficial do Ceará, 1995.
- LEITE, Serafim, SJ. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro. Vol. III. Imprensa Nacional, 1943. In: ARAÚJO, Pe. Sadoc de. **História Religiosa da Meruoca**. Sobral. Imprensa Universitária. 1979. p. 22-23.
- HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis. 4ª. Edição. Ed. Vozes, 1992. p. 55.